

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL

APOIO À PNDU: DEMOGRAFIA E EQUIDADE SOCIAL

Equipe técnica:

Marden Campos

Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *email:*
mardencampos@gmail.com.

Cidade:

Brasília/DF

Editora:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano:

2024

Edição:

1^a

DOI:

<http://dx.doi.org/ri226250>

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

APOIO À PNDU: DEMOGRAFIA E EQUIDADE SOCIAL¹

1 INTRODUÇÃO. ELEMENTOS NORTEADORES

A elaboração de políticas que façam com que as cidades de todo mundo se tornem espaços cada vez mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis nos leva a enfrentar desafios de diferentes naturezas e escalas espaciais. Dentre eles, despontam como aspectos centrais a questão da equidade social e das relações intergeracionais entre os habitantes dos espaços urbanos.

O objetivo da presente nota técnica é incorporar as discussões sobre a dinâmica demográfica brasileira e os padrões de inequidade social observados no país nos debates para elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ao incorporar o perfil e as tendências demográficas brasileiras e seus impactos no desenvolvimento das cidades, nas políticas e nos programas urbanos, busca favorecer à adoção de uma abordagem inclusiva e intergeracional na PNDU

Os princípios estruturantes da PNDU que norteiam o presente texto partem de uma série de agendas contidas em documentos recentes como a Constituição de 1988, O Estatuto das Cidades, A Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Carta de Leipzig. Esses princípios articulam-se em torno das ideias de *direito à cidade* e de *função social da cidade*, cuja ênfase é o reconhecimento e defesa do papel dos cidadãos como construtores e com isso detentores da vida urbana em todas suas dimensões.

No interior dessa discussão, a questão da equidade social surge relacionada aos princípios de produzir cidades inclusivas e solidárias que promovam a equidade social de forma sustentável ou duradoura. Isso passa pela elevação do bem-estar dos grupos populacionais socialmente mais frágeis e historicamente excluídos nas áreas urbanas. Nesse sentido, o maior desafio talvez seja conciliar a ideia de que as cidades sejam fortalecidas como lugares de pluralismo, criatividade e solidariedade (espaços da diferença) sem que isso se transforme em iniquidade e estratificação (espaços de desigualdade) agravando ainda mais as disparidades de nossa sociedade.

¹ Este relatório é um produto parte do termo de execução descentralizada (ted) nº 71/ 2019 celebrado entre o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) e o ministério do desenvolvimento regional (MDR), com aditivo do ministério das cidades (MCidades) por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SNDUMPNDU).

O processo de redução das desigualdades sociais ainda precisa ser buscado de forma duradoura e sustentável. Como, no caso brasileiro, há grupos sociais extremamente vulneráveis em termos sociais, econômicos e culturais, é preciso buscar alternativas para elevação do bem-estar dos mais frágeis. Isso nos levará, inevitavelmente, a pensar e imaginar as cidades brasileiras de outras formas, diferentes das que se apresentam no início do século XXI. É preciso buscar igualdade de oportunidades para que todos se integrem nas cidades. Antecipando parte do que será apresentado, sabemos que a PNDU irá se deparar com um perfil populacional que resulta de um processo histórico perverso, que desenhou uma das estruturas sociais mais desiguais do planeta e que se espalha em um contexto urbano fragmentado, desigual e segregado. Esse esquema de diferenciação ocorre tanto internamente às cidades como entre as cidades. É, ao mesmo tempo, reflexo espacial de uma estrutura social desigual, como fator impactante e reificador de tal estrutura.

A estratégia adotada para tratamento do tema foi sensibilizar o leitor para a importância da dimensão da demografia e equidade social no desenho da PNDU. Isso nos faz lançar um olhar temporal sobre a dinâmica populacional das cidades brasileiras em termos de sua composição e diversificação, de seus atributos, destacar como se caracteriza a população atualmente e quais as tendências observáveis que nos dão pistas de como ela se configurará nas próximas décadas.

2 DEMOGRAFIA E EQUIDADE SOCIAL NA PNDU

Na presente Nota Técnica serão destacados os aspectos fundamentais para se conhecer a realidade sociodemográfica da população brasileira atual, assim como indicadores que nos indiquem as tendências populacionais para próximas décadas. Isso será feito a partir de uma abordagem que combina aspectos conceituais com evidências empíricas extraídas de diferentes fontes de informação.

Do ponto de vista conceitual, destacaremos quais dimensões têm papel preponderante na diferenciação da população como elas se comportam em termos espaciais. Já com relação às análises empíricas, serão apresentadas as formas como as variáveis selecionadas se articulam aos processos de estratificação do tecido social, tecendo a estrutura urbana do país.

Inicialmente, serão abordadas, de forma separada, as questões pertencentes à demografia e os aspectos relacionados à equidade e estratificação social. Em seguida, as duas abordagens serão combinadas no intuito de construir o arcabouço analítico do texto. Tal estratégia permitirá incorporar as vantagens analíticas de cada campo de estudo.

O campo de estudos da demografia é pródigo em realizar prognósticos e projeções populacionais com um elevado grau de confiabilidade, relativamente a outros campos das ciências sociais. Isso decorre da “inércia” temporal normalmente observada no comportamento da população, que se ancora transformações que podem ser preditas com segurança a partir da observação do comportamento atual da população. Isso nos permitirá indicar, com alguma precisão, a forma como a população brasileira estará configurada nas próximas décadas. Em adição, arcabouços analíticos colhidos nos estudos de estratificação social são bastante úteis como esquemas explicativos dos mecanismos que estruturam as sociedades em termos tanto da diferenciação observada entre os indivíduos como da rigidez temporal de sua transformação.

A combinação dos dois esquemas analíticos iluminará o perfil populacional com o qual a PNDU irá se deparar nos próximos anos.

3. POR QUE INCORPORAR UM OLHAR DEMOGRÁFICO?

A relação de indivíduos de diferentes grupos etários com as cidades é uma dimensão relevante da agenda urbana, sobretudo porque as características desses grupos determinam as formas de acesso e uso da cidade. Conforme Bruno, 2020, isso decorre tanto de:

questões objetivas da qualidade dos espaços e equipamentos urbanos, como a ausência de adaptações (para pessoas com deficiência, idosos e crianças), quer seja pela pelas distâncias e custos de deslocamentos, ou por questões estruturais da organização social, como o racismo e a violência de gênero e contra pessoas LGBTQI (op. cit.)

Acredita-se que a grande contribuição da incorporação de um olhar demográfico para a elaboração da PNDU é a capacidade de previsão das tendências populacionais de curto e médio prazo que o ferramental demográfico possibilita realizar. Essa competência decorre do fato de que o comportamento das componentes demográficas do presente - como o padrão dos nascimentos e da mortalidade - serem determinantes da estrutura etária futura da população. Assim como a composição por sexo e idade da população brasileira de hoje é fruto dos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade dos últimos 80 ou 90 anos, sua composição nas próximas décadas está se desenhando a partir de agora.

Outra grande vantagem de se incorporar a demografia na elaboração da PNDU é o fato de que o mapeamento dos fluxos de migração e mobilidade entre as unidades territoriais permite enxergar como cada uma delas se articula com outras regiões do território ou mesmo do exterior.

É importante destacar, quando tratamos da articulação entre políticas sociais e população, que a escolha da escala de análise apropriada é fundamental para a efetiva compreensão do fenômeno. Isso decorre do fato de que a dinâmica demográfica tem implicações diferenciadas dependendo do tamanho populacional das unidades de análise e aplicação das políticas. Enquanto nos grandes agregados populacionais os padrões populacionais são relativamente estáveis e previsíveis nos médio ou longo prazos, em escalas reduzidas o comportamento da população mostra-se errático e sujeito a mudanças de curto prazo.

Como exemplo podemos destacar o comportamento da migração: enquanto para o país como um todo os fluxos migratórios praticamente não interferem na dinâmica populacional, no caso de municípios os padrões de migração e mobilidade espacial são determinantes de sua configuração populacional. Tal fato fica visível, no caso dos municípios, quando da instalação ou finalização de grandes projetos econômicos e de infraestrutura e seus impactos para a situação sociodemográfica dessas regiões.

É importante destacar que as políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico dos municípios, como a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, irão alterar seu crescimento populacional, principalmente através da migração. Os gestores precisam estar atentos para esses impactos, muitas vezes não previstos. Atitudes negativas frente à urbanização e a atração de volumes de população excessivos para o município podem ser responsabilizadas por uma parcela significativa dos problemas sociais e ambientais que acometem as cidades de hoje.

3.1 Tendências populacionais no Brasil

O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo. Estima-se que a população Brasileira seja de aproximadamente 212 milhões de habitantes no início de 2021. Contudo, sua distribuição espacial não é homogênea. A Região Sudeste abriga, sozinha, 44% da população do país, enquanto em todo o Centro-oeste residem apenas 8% da população (IBGE, 2013). Essa concentração espacial vem acompanhada de uma concentração ainda maior de oportunidades e condições de vida em pequenas regiões, configurando um território altamente fragmentado e, muitas vezes, segregado em suas diferentes escalas.

Diversas transformações têm sido observadas na dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas. A queda do número de nascimento observada no Brasil nas últimas décadas, aliada a uma redução de longo prazo nos níveis de mortalidade, tem levado a alterações significativas na composição etária da população. Isso provocou um acelerado envelhecimento demográfico da população, uma diminuição do tamanho das famílias e um espaçamento entre as gerações.

Todos são fatores determinantes da estrutura populacional que observaremos nas próximas décadas e que configurarão as relações intergeracionais na população.

Esse processo é caracterizado como Transição Demográfica. No Brasil ele ocorreu de forma bastante acelerada. Nos primeiros países que experimentarem o fenômeno, as taxas de mortalidade e de fecundidade caíram lentamente, fazendo com que a transição demográfica demorasse mais de um século para se completar. Essas populações tiveram tempo para se preparar para as transformações populacionais e seus desdobramentos em outras esferas da realidade social. Por outro lado, no Brasil, esse processo se deu de forma bastante rápida, com as populações sofrendo mudanças bruscas em poucas décadas. Isso encurtou o tempo para a acomodação das transformações pela sociedade, tornando urgente realizar a reorientação de diferentes tipos de políticas sociais.

Transformações dessa magnitude criam oportunidades para o desenvolvimento, ao mesmo tempo que trazem novos desafios para a sociedade. O reconhecimento dessas oportunidades e desafios resulta em políticas públicas mais eficazes completas sendo, por isso, elemento chave da presente reflexão.

Embora essas transformações tenham ocorrido em todo o território nacional, seu início e velocidade variaram segundo as regiões e municípios. Com isso, existe hoje uma diversidade de arranjos demográficos e domiciliares que convivem, simultaneamente, nos municípios do país. As Regiões Sul e Sudeste apresentavam, já na década de 1940, níveis de fecundidade mais baixos que as Regiões Norte e Nordeste. Esses diferenciais se acentuam a partir da década de 1960. Em 1970 e 1980, as mulheres da Região Norte tinham, em média, 3 filhos a mais que aquelas que viviam na Região Sudeste. A partir daí, observou-se também uma queda da fecundidade nas Regiões Norte e Nordeste, resultando em uma redução nos diferenciais regionais, embora os níveis de fecundidade da Região Norte ainda sejam superiores aos das regiões Sul e Sudeste (CAMPOS e BORGES, 2015). Mesmo com essa tendência de convergência, a diferença de comportamento reprodutivo entre as regiões segue causando um grande impacto na diferenciação da estrutura etária da população ao longo do tempo.

É necessário, por isso, conhecer os diferenciais territoriais do fenômeno e tentar estimar os impactos localizados das mudanças populacionais, principalmente, em termos de descentralização das políticas sociais.

3.2 Transformações nas componentes demográficas:

A presente seção apresenta, de forma breve, as transformações ocorridas em cada componente demográfica da população brasileira nas últimas décadas.

3.2.1 Fecundidade

Em relação aos padrões de reprodução da população, destacamos alterações nos níveis de fecundidade, de natalidade e reprodução que irão alterar as taxas de crescimento e a composição etária da população.

O controle exercido pelas pelos casais sobre o tamanho de sua prole pode ser fruto de um controle deliberado do número de filhos, via métodos contraceptivos, assim como padrões de nupcialidade e união. Desse modo, o volume de nascimentos em uma população depende de quantas são as mulheres em idade reprodutiva e de quantos filhos elas têm. Além disso, depende do padrão dos nascimentos dentro ou fora de casamentos ou relações conjugais, e das estratégias de controle dos nascimentos utilizadas pelos casais. Mudanças em cada um desses aspectos alteram o comportamento da variável e afetam a dinâmica demográfica da população.

No Brasil, a taxa de fecundidade total, que representa o número médio de filhos que as mulheres tem, era de 6,1 filho por mulher em média na década de 1960. A partir daí caiu, em média, em menos um filho por década, até atingir em torno de 1,75 filho por mulher, em 2010. Estima-se uma estabilidade entorno de 1,7 para as próximas décadas (IBGE, 2013) para o ano de 2020 estima-se que a TFT esteja em 2 filhos por mulher na Região Norte (com valor máximo de 2,25 em Roraima), ao passo que se encontra por volta de 1,7 nos estados da região Sudeste.

Os principais fatores que tem afetado o comportamento reprodutivo da população atualmente referem-se ao aumento da escolarização da população e a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho. Geralmente, quanto maior a escolaridade e a inserção no mercado de trabalho, menor o número de filhos (CAMPOS e BORGES, 2015) .

São enormes as implicações da queda da fecundidade para a configuração da sociedade. Essa é, ao menos em “tempos de paz”, a componente de maior impacto observado na população. Muito mais do que o de mortalidade, a fecundidade é um determinante decisivo no formato da pirâmide etária da população e, conseqüentemente, por seu ritmo de crescimento da população e por sua configuração etária. O que tem ocorrido no Brasil é uma queda acentuada da fecundidade, com início diferenciado por estrato social e também por região. Além disso, há

um envelhecimento da fecundidade, na medida que cada vez mais os nascimentos ocorrem de mães em idades mais avançadas.

Os principais impactos diretos relacionados à transição da fecundidade e que se relacionam com o perfil populacional que irá habitar as cidades brasileiras nas próximas décadas são:

- aumento do número de idosos na população;
- redução do número de crianças; • redução no tamanho das famílias;
- espaçamento das gerações.

3.2.2 Mortalidade

Em relação à mortalidade, embora no passado remoto (pré-moderno) tenha sido a componente principal a controlar o tamanho da população, no último século sua queda generalizada em quase todo mundo (exceções permanecem em alguns países africanos) fez com que perdesse protagonismo como responsável por ditar o ritmo de crescimento da população.

No Brasil, a partir da década de 1940, houve uma queda contínua dos níveis de mortalidade da população. Tal fato tem sido explicado pela urbanização, industrialização e melhorias nas condições de vida, principalmente no tocante à políticas de saneamento, vacinação e também a escolarização e melhores condições médicas e nutricionais (BORGES, CAMPOS e SILVA, 2015).

As mudanças na estrutura e no nível da mortalidade, com acentuada tendência de queda, começando nas regiões mais desenvolvidas já no final dos anos 30. A probabilidade de um recém-nascido, em 1950, sobreviver até os 15 anos era inferior a 80%; atualmente estima-se que essa probabilidade para as coortes nascidas no início deste século situe-se em torno de 95%. Mudanças expressivas são observadas também nas idades adultas. Esperava-se que somente metade das coortes nascidas durante os anos 50 sobrevivesse até a idade de aposentadoria. Em contraste, tabelas de sobrevivência recentes (SAWYER et al., 1999) indicam que pelo menos 80% dos nascidos devam atingir a idade de 60 anos. Nas próximas décadas, o declínio da mortalidade no Brasil se concentrará, provavelmente, nas idades avançadas, o que irá acelerar ainda mais o processo de envelhecimento.

As alterações na mortalidade vêm acompanhadas de uma transição no padrão epidemiológico e nas causas de morte da população. O motivo dos óbitos migra de um padrão com predominância de doenças transmissíveis ou contagiosas para um padrão de doenças crônicas e degenerativas.

Durante essa transição, no caso brasileiro, ocorre um aumento paralelo das causas de morte evitáveis, denominadas de “causas externas”. Os acidentes de trânsito, os homicídios e os suicídios respondem, em conjunto, por cerca de dois terços dos óbitos por causas externas no Brasil. As taxas são consideravelmente mais altas na população de adultos jovens, principalmente do sexo masculino. Desde o início da década de 80, as causas externas representam uma das principais causas de morte no Brasil (BORGES, CAMPOS e SILVA, 2015).

Todos são fatores eminentemente ligados à urbanização, concentrando-se nas cidades e, principalmente nas metrópoles. Seus resultados imediatos são:

- redução dos níveis de mortalidade;
- aumento da prevalência de doenças crônicas e degenerativas;
- persistência de focos de condições não superadas (problemas de saneamento);
- aumento nas mortes por causas externas, principalmente entre homens jovens;
- desequilíbrio da mortalidade entre os sexos – prevalência de mulheres nas idades avançadas;

3.2.3 Migração

As migrações interferem significativamente no tamanho e na composição da população, tanto das regiões de origem dos fluxos migratórios como das áreas de destino. Tratamos da migração como uma mudança, duradoura e “definitiva” entre duas unidades espaciais determinadas. Desse modo, não estamos incluindo outras formas de mobilidade espacial cuja permanência nos locais de destino é intermitente ou irregular.

Em muitos países a migração internacional tem impacto significativo na configuração da população. No Brasil como um todo o impacto da migração internacional é numericamente insignificante. Contudo, como os locais de origem e destino dos migrantes concentram-se em alguns poucos municípios, elas precisam ser consideradas em alguns casos específicos. Nesse sentido, nossas análises estarão direcionadas, majoritariamente, para os fluxos migratórios internos, realizados entre municípios do Brasil, que respondem por parte importante da dinâmica demográfica interna do país.

Diversos padrões de migração têm sido observados nas sociedades ao longo do processo de modernização. Esquemáticamente falando, podemos considerar que a migração rural-rural era predominante na sociedade pré-industrial; a rural-urbana, no início do processo de

industrialização; a urbano-urbana, nas sociedades industriais maduras; a circularidade e multiplicidade de fluxos marcaria as sociedades pósindustriais.

Longe de serem um comportamento autônomo ou inesperado da população, os padrões migratórios normalmente se articulam à políticas territoriais que interferem na relação entre localidades espaciais e que afetam o deslocamento de população entre elas.

No caso brasileiro, as políticas públicas interferem decisivamente na redistribuição da população no território, incentivando ou inibindo os movimentos migratórios. Foi assim com a promoção das imigrações internacionais, no século XIX e início do século XX para a ocupação demográfica da Região Sul do País, assim como para atender às necessidades de mão de obra para o complexo econômico cafeeiro. Posteriormente, concentrando os grandes investimentos na economia urbana e industrial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente neste último, e provocando um maciço deslocamento populacional de Minas e do Nordeste em direção a esses estados. É importante termos isso em mente ao formular políticas territoriais em nível nacional.

Em relação aos padrões recentes da migração nacional, observamos, a partir dos anos oitenta, que as mudanças ocorridas na sociedade e na economia brasileira e mundial começaram a desenhar alterações significativas no padrão da mobilidade espacial da população. Nas últimas décadas foi observado um aumento da circularidade migratória no território, caracterizada pelos deslocamentos de curto prazo, com o estabelecimento de fluxos e contrafluxos entre as regiões. Há que destacar também a intensa migração entre municípios que compõe uma mesma região metropolitana. No Brasil recente há uma predominância da migração urbanourbana, dado o elevado grau de urbanização observado na população (BRITO, 2015).

É importante mencionar que esse novo padrão não significa uma eliminação completa do padrão migratório anterior, mas sim a coexistência entre novos fluxos migratórios com as tradicionais trajetórias observadas desde meado do século passado (BRITO, 2015).

Além disso, tem-se observado uma intensificação da seletividade da migração. A população jovem e adulta é a que apresenta a maior propensão a migrar. Isso ocorre principalmente a partir dos 18, 20 anos, idades em que se encerra o ciclo educacional básico e que estimula os indivíduos a buscar ingressar no nível superior ou diretamente no mercado de trabalho. A propensão a migrar se mantém elevada até os 35, 40 anos, quando então começa a declinar (CAMPOS, 2012).

Muitos municípios brasileiros, como por exemplo aqueles localizados no interior da região Nordeste, apresentam elevado índice de envelhecimento em decorrência de serem origem de muitos jovens migrantes.

Por outro lado, áreas de expansão econômica como as fronteiras agro minerais apresentam população extremamente jovem em decorrência da imigração

Em relação à migração, destacam-se:

- multiplicidade de fluxos migratórios (circularidade)
- permanência de antigas trajetórias
- intensificação dos processos de seletividade
- migração impacta significativamente a estrutura social de pequenas áreas
- migração internacional concentrada em pequenas áreas
- migrações altamente sensíveis e respondem rapidamente às intervenções públicas e privadas no território

3.3 A composição da população e a PNDU

Embora, para fins de explicação, seja possível isolar as transformações observadas em cada componente demográfica, assim como destacar suas implicações particulares para a formulação da PNDU, na realidade todas as mudanças elencadas ocorrem simultaneamente na população, configurando-a e caracterizando-a, juntamente com aspectos econômicos, sociais e geográficos. A presente seção busca destacar aspectos que estão intimamente relacionados às dinâmicas e transições observadas nas componentes demográficas e que trazem grande impacto para a elaboração de políticas para as cidades brasileiras.

3.3.1 As cidades e os idosos

O primeiro e mais destacado impacto na composição da população brasileira decorrente das transições observadas nas componentes demográficas é o rápido envelhecimento demográfico observado nas últimas décadas.

É importante destacar, numa perspectiva de longo prazo, que o envelhecimento é um triunfo alcançado pelas populações. As pessoas vivem mais em razão de melhoras na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, nos cuidados com a saúde, no ensino e no

bem-estar econômico. Por outro lado, população em envelhecimento também apresenta desafios sociais, econômicos e culturais para indivíduos, famílias, sociedades e para a comunidade global. Ainda mais se houver grandes iniquidade de condições com que diferentes pessoas envelhecem (UNFPA, 2012).

Embora as sociedades atuais estejam envelhecendo em ritmo acelerado, há o desafio de fazer com que as pessoas, em todos os lugares, envelheçam com dignidade e segurança, desfrutando da vida através da plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Em termos numéricos, os idosos são o segmento populacional que mais aumenta na população brasileira, com taxas de crescimento de mais de 4% ao ano no período de 2012 a 2022. A população com 60 anos ou mais de idade passa de 14,2 milhões, em 2000, para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, em 2060. Espera-se, para os próximos 10 anos, um incremento médio de mais de 1,0 milhão de idosos anualmente (IBGE, 2013).

Essa situação de envelhecimento populacional é consequência, primeiramente, da rápida e contínua queda da fecundidade no País, além de ser também influenciada pela queda da mortalidade em todas as idades. Além das tendências de fecundidade e mortalidade, quando se analisa a participação dos idosos na população das Grandes Regiões e Unidades da Federação, os fluxos migratórios históricos são também determinantes. Se, por um lado, os estados mais desenvolvidos apresentam alta concentração relativa de população idosa, especialmente em função do histórico de baixas taxas de fecundidade e mortalidade, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, diversos estados da Região Nordeste têm alta concentração de idosos em função da emigração de jovens e adultos, com diferenciais bastante significativos entre os idosos da Região Nordeste e do Centro-Sul do País. A Paraíba, por exemplo, tem um percentual de idosos na população de mais de 10%, valor próximo ao de estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, mesmo com taxas de fecundidade e mortalidade mais altas. Por outro lado, em estados como Roraima e Amapá, cerca de apenas 5% da população é composta por idosos. Nesses casos, além de apresentarem fecundidade e mortalidade mais altas que a média nacional, são regiões de alta atração populacional, especialmente de população jovem (IBGE, 2013).

Outro fenômeno observado entre os idosos é a concentração de mulheres nesse grupo etário. A razão de sexos para a população com mais de 60 anos de idade é de cerca de 0,8, indicando que existem aproximadamente 80 homens para cada 100 mulheres, resultado dos diferenciais

de mortalidade entre os sexos, cujas taxas para a população masculina são sempre maiores do que aquelas observadas entre as mulheres (IBGE, 2013).

O rápido envelhecimento da população tem profundas implicações, trazendo importantes desafios para a sociedade. Esse processo não deve ser considerado necessariamente como um problema, mas exige atenção para a discussão das formas de lidar com o fenômeno. Nesse contexto, a preocupação com as condições necessárias à manutenção da qualidade de vida das pessoas idosas tem crescido, e os temas relacionados a políticas públicas e a ações de proteção e cuidado específicos para idosos vêm adquirindo relevância inédita na agenda pública (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

Em relação à associação entre envelhecimento e carga para a família, observa-se que assume, no Brasil, um caráter bidimensional. Ao mesmo tempo em que é natural a dependência do idoso em relação à família, estudos têm mostrado que os idosos proveem parte da renda das famílias, especialmente em virtude dos benefícios previdenciários e assistenciais por eles auferidos (CAMPOS e BARBIERI, 2013).

Outro componente da seguridade social que merece atenção, quando se analisam as tendências de mudanças observadas no Brasil, é a saúde. O perfil epidemiológico dos idosos é bastante diferenciado dos jovens e adultos, exigindo mais recursos, não tanto pelo custo dos procedimentos, mas principalmente pelo maior nível de utilização hospitalar desse grupo.

Há que ressaltar também que os idosos sofrem de forma particular os impactos da violência e abusos dentro e fora dos domicílios.

No caso da associação entre envelhecimento e política urbana, é importante que a PNDU considere as particularidades da população idosa no sentido de promover um ambiente urbano amigável e estimulante para essa população. Questões como mobilidade espacial, segurança, espaços de convivência, acesso a serviços e opções de lazer e entretenimento são exemplos de aspecto que precisam ser considerados na acomodação dos idosos nas cidades brasileiras.

É importante estar atento para a convivência dos idosos com indivíduos de outros grupos etários, evitando a criação de “enclaves etários” e estimulando a continuidade da participação dos idosos na vida das cidades.

- Os pontos a seguir mostram os desafios da PNDU frente ao envelhecimento populacional: promoção do envelhecimento com dignidade e segurança;
- atenção às questões de gênero entre a população idosa;
- apoio às perspectivas de cuidado direcionados e oriundo dos idosos;

- atenção ao crescimento das demandas de saúde;
- criação de espaços seguros e sensíveis às condições de mobilidade dos idosos.
- criação de espaços de convivência intergeracionais

3.3.2 A situação das crianças

O aumento da proporção de idosos vem acompanhado da redução da participação de crianças na população. A proporção de pessoas com menos de 15 anos de idade, que se situava em torno de 30%, em 2000, chegará a 17,6%, em 2030. Já se observa no Brasil, inclusive, uma diminuição do número absoluto de crianças, passando de 52,1 milhões, em 2000, para 49,9 milhões, em 2010, podendo alcançar 39,3 milhões, em 2030. Essas tendências apontam para uma queda de cerca de 10,0 milhões de crianças na população brasileira nos próximos 20 anos, o que representa uma média de 500 mil crianças a menos a cada ano. Alguns estados, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, já apresentam cerca de 20% de crianças na população, patamar que ainda demorará em torno de 15 anos para ser atingido no conjunto da Região Nordeste. Na Região Norte, que apresenta os níveis de fecundidade mais altos, espera-se que 21,5% da população ainda seja representado por crianças em 2030 (IBGE, 2013). Dessa forma, além da persistência de fortes desigualdades educacionais entre as regiões do País, nas regiões mais pobres (Norte e Nordeste), a pressão demográfica exercida pelas taxas de fecundidade ainda mais altas acentua o desafio de avanços em políticas educacionais.

Apesar de serem extensas as demandas desse segmento da população, o grande desafio que se coloca para esse grupo, em termos de políticas públicas, está relacionado principalmente à educação, tanto a cobertura quanto a qualidade. Melhorias nos níveis educacionais da população em idade escolar têm sido apontadas como importantes fatores para o desenvolvimento socioeconômico das populações, sendo também uma forma extremamente efetiva de diminuição das desigualdades. Aproveitando o período de transição demográfica, com menor número de crianças entrando no sistema educacional, poderia se investir na qualidade da educação ofertada a essas crianças e menos na oferta de vagas.

No caso brasileiro, além das políticas educacionais adotadas desde a década de 1990, a diminuição do número de crianças contribuiu para o avanço da cobertura escolar. Se, por um lado, essa tendência foi benéfica para a melhora da cobertura, a baixa qualidade da educação básica de um grande segmento populacional continua sendo um dos principais problemas e o maior desafio para as políticas educacionais no País.

A PNDU tem como desafio promover a inserção sadia nas cidades, criando espaço seguros, lúdico e amigáveis para essa população.

Sendo um grupo populacional que demanda supervisão e suporte de jovens, adultos ou idosos, é importante que os espaços dedicados às crianças sejam sensíveis às demandas dos cuidadores que invariavelmente estarão com elas ao longo do dia. Incentiva-se assim a criação de espaços de convivência intergeracional, conforme destacado na discussão dos idosos.

A seguir os pontos de atenção em relação às crianças na PNDU

- redução do número de crianças nas cidades brasileiras;
- oportunidade para aumento da qualidade do sistema educacional;
- criação de espaços extraescolares (“após a aulas”) para inserção das crianças na vida urbana;
- criação de espaços seguros e estimulantes para as crianças, em interação com pessoas de outros grupos de idade

3.3.3 Jovens e adultos

É preciso também pensar nos grupos de idade intermediários da população na elaboração da PNDU.

Apesar de haver uma queda na participação de jovens na população em termos relativos, seu número absoluto cresceu de 48,9 milhões, em 2000, para 52,3 milhões, em 2009, projetado para chegar a 46,9 milhões, em 2030 (IBGE, 2013). Podemos notar que são uma parcela expressiva da população, que apresenta particularidades quanto à inserção na vida das cidades brasileiras.

Em termos da distribuição regional, além da queda histórica da fecundidade, a migração também apresenta influência na estrutura das populações jovens, já que os movimentos populacionais estão fortemente concentrados nessas idades. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, apesar de ter figurado historicamente entre aqueles com os níveis mais baixos de fecundidade, é um dos que apresentam, atualmente, as mais altas taxas de crescimento da população jovem. Isso ocorre em função do alto fluxo migratório para esse estado. Por outro lado, estados da Região Nordeste, como Piauí, Bahia e Paraíba, são os que apresentam o crescimento mais lento da população jovem, chegando a ter decréscimo desse grupo populacional já a partir da segunda metade da década de 2000. Estados da Região Norte, como Amapá, Roraima, Acre e Amazonas, têm o maior percentual de jovens e são os que

apresentam as maiores taxas de crescimento populacional para esse grupo. Nesses estados, a população jovem deverá seguir crescendo até a segunda metade da década de 2020 (IBGE, 2013).

As pessoas adolescentes e jovens têm nível educacional maior, mais acesso à tecnologia e são conscientes de seus direitos. Entretanto, muitos ainda têm suas possibilidades de sucesso negadas, com obstáculos que vão desde as poucas perspectivas de emprego, às dificuldades de acesso ao ensino médio e ao alto índice de gravidez não intencional na adolescência. A taxa de gravidez na adolescência é de 62 a cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos na América Latina e Caribe. Mesmo índice do Brasil (UNFPA, 2019).

Além dos problemas econômicos gerados pelas condições no mercado de trabalho, no grupo dos jovens, esta situação tem sido, também, comumente relacionada ao aumento da violência e da vulnerabilidade social. A violência entre os jovens tem reflexo direto nas taxas de mortalidade dessa população. Pode-se observar um rápido crescimento da mortalidade a partir dos 15 anos de idade, decorrente, especialmente dos óbitos por causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito, dentre outros, ocorrendo com maior frequência entre a população masculina. No grupo de 20 a 24 anos de idade, a taxa de mortalidade dos homens chega a ser mais de quatro vezes a mortalidade das mulheres.

A violência no Brasil é reconhecidamente um dos maiores problemas atualmente enfrentados pela sociedade. Entre as consequências daí originadas, a perda de vidas humanas representa custos substanciais. Cada vítima fatal da violência, do ponto de vista econômico, representa enorme perda de investimentos em capital humano e, portanto, de capacidade produtiva

A juventude é o momento da vida em que as pessoas começam a vivenciar a vida das cidades em sua plenitude (UNFPA, 2019). Nesse sentido, é preciso estar atento aos seguintes pontos, relativamente à essa parcela da população:

- jovens seguirão sendo parcela expressiva da população
- os fluxos migratórios interferem em sua distribuição espacial • momento crítico da inserção social – educação, emprego e gravidez.
- grupo que mais sofre os efeitos da violência urbana

3.4 A população e a dinâmica social.

Além dos aspectos “estritamente” demográficos, ligados a composição da população, as transformações demográficas estão intimamente relacionadas a aspectos da dinâmica social

como mudança na composição das famílias, relações de gênero e relações intergeracionais, aos quais passamos a tratar em seguida.

As transições acima descritas culminam em uma nova forma de organização das famílias e gerações que reconfigurarão o padrão de relações intergeracionais da população brasileira nas próximas décadas.

A tabela 1, adaptada de Lesthaegue (2010) resume os aspectos demográficos e sociais que acompanham as transições experimentadas pelas populações mundiais nas últimas décadas. O autor divide as mudanças em duas transições demográficas, ambas contribuindo para a redução da fecundidade e mortalidade e o conseqüente envelhecimento das populações. Contudo, em cada uma delas, os aspectos valorativos que orientam o processo de formação familiar são bastante distintos, como se pode observar na leitura da tabela 1.

Tabela 1 – Aspectos sociais que acompanham as transições demográficas

Primeira transição demográfica	Segunda transição demográfica
Padrão das uniões	
Aumento do número de casamentos formais	Substituição de casamentos por uniões conjugais
Ligeiro aumento da idade ao casar	Elevada idade da primeira união
Coabitação baixa ou reduzida	Aumento na coabitação (pré e pós-marital)
Aumento nos divórcios	Multiplicidade de uniões e separações
Alta taxa de recasamento	Alta prevalência de solteiros
Características da reprodução	
Declínio da fertilidade em idades mais avançadas (interrupção)	Declínio da fecundidade em idades jovens (postergamento)
Redução da idade média à procriação	Aumento da idade média à procriação
Contracepção deficiente	Contracepção eficiente
Diminuição da fecundidade extraconjugal	Aumento da fertilidade extraconjugal
Poucos casais sem filhos	Muitos casais sem filhos
Orientação valorativa	
Preocupações com as necessidades materiais: renda, condições de trabalho, moradia, saúde, escolaridade, previdência social.	Preocupação com necessidades de ordem superior: autonomia, autorrealização, expressividade.
Solidariedade como valor	Tolerância como valor
Fortalecimento da coesão social	Desligamento de organizações sociais, enfraquecimento da coesão social
Primeira onda de secularização.	Revolução sexual, recusa de autoridade, menor influência das instituições
Papéis de gênero segregados, promoção do modelo de família nuclear	Simetria crescente nos papéis de gênero, autonomia econômica feminina
Transições ordenadas do curso de vida, domínio de um único modelo de família	Organização flexível do curso de vida, vários estilos de vida, futuro aberto

Fonte: Adaptado de Lesthaegue, 2010

As mudanças observadas no início do processo de transição demográfica - aqui caracterizadas como primeira transição – são marcadas pelo fortalecimento do papel da família nuclear, controle do tamanho da prole, aumento da coesão social, preocupação com aspectos materiais, além de expectativas bem definidas para indivíduos de cada sexo em cada momento do curso de vida. Durante o período que caracteriza a segunda transição, as mudanças caracterizam-se por uma diversidade de padrões de comportamento e configuração familiar, simetria nos papéis de gênero e completa dissociação entre sexualidade e comportamento reprodutivo. No primeiro momento, a família prevalece sobre o indivíduo. No segundo, o indivíduo se coloca como centro valorativo da ação. Conforme pontua Lesthaegue (2010), se a primeira transição significou a era de ouro dos filhos, a segundo é a realização pessoal dos pais.

A primeira transição foi experimentada no Brasil, grosso modo, entre as décadas de 1940 e 1980, enquanto a segunda transição tipifica o processo que ocorre desde então, para várias regiões do país, principalmente aquelas com maior nível de escolarização e melhores condições econômicas.

3.4.1 Mudanças nas famílias

As mudanças demográficas no Brasil ocorreram de forma muito rápida, concomitantemente e entrelaçadas com mudanças na trajetória de vida dos indivíduos no campo familiar, sexual, afetivo, dos relacionamentos.

Num primeiro momento, do início da queda da fecundidade, os nascimentos ainda ocorriam em quase sua totalidade no interior dos casamentos. A primeira queda, em que os principais métodos contraceptivos eram os não-reversíveis, estava relacionada a decisão dos casais de parar de terem filhos após terem tido determinado número deles. Notava-se, desde meados do século passado, um aumento da taxa de divórcio e adiamento da idade ao casar e, conseqüentemente, de iniciar o período reprodutivo. Na primeira queda, começava-se a usar um método contraceptivo para interromper a procriação. Na geração seguinte, onde houve predominância de método contraceptivos reversíveis, parava-se de utilizar o método contraceptivo para iniciar a procriação, dado que a vida sexual começava antes de se pensar em ter filhos.

Todos esses fatores estiveram relacionados à primeira queda dos níveis de fecundidade e já significavam uma alteração na composição das famílias, que passavam a ser compostas por pessoas divorciadas ou em segunda ou terceira união, com menos filhos, que viviam divididos entre as casas dos pais, além da tendência de aumento de domicílios chefiados por mulheres.

É importante destacar que o que nos países no oeste europeu demorou séculos para ocorrer, no Brasil se deu em uma geração. Por aqui, os filhos dos pais que já estavam “operando” no novo regime implementaram um outro regime ainda mais “radical”, caracterizado por alguns como segunda transição demográfica.

Nesse último regime há dissociação entre sexualidade e reprodução e, em certa medida, também entre nascimentos e casamento. Um número elevado de crianças nasce fora das uniões e, muitas vezes, de mães solteiras, que não efetivam a união (em muitos casos por abandono dos pais). Além de continuar havendo aumento da idade ao casar e aumento da taxa de divórcio, há expressivo contingente populacional que nunca se casou, além de uma nova diversidade de arranjos familiares antes incomuns, como coabitação sem casamento, casamento entre pessoas do mesmo sexo, postergação do nascimento, casais sem filhos e filhos sem irmãos ou primos. Ao invés de um padrão familiar com raras e, para a sociedade da época, “intoleráveis” exceções, a sociedade brasileira passa a aceitar cada vez mais uma diversidade de formações familiares e uma pluralidade de composições familiares.

Importante destacar que no Brasil não há completa substituição entre os regimes de formação familiar acima descrito. Os dois regimes convivem e apresentam segmentação marcante tanto em termos espaciais como relativamente a posição na estrutura social.

As transformações nas famílias têm impacto da configuração dos domicílios, no mercado imobiliário e nas estruturas das moradias. Nesse sentido, as cidades devem estar prontas para lidar com:

- multiplicidade de arranjos familiares;
- domicílios com diferentes tamanhos;
- crescimento dos domicílios chefiados por mulheres.

3.4.2As mulheres e as cidades

Nas últimas décadas houve grandes transformações na vida das mulheres brasileiras e em seu papel em nossa sociedade.

Primeiramente, por um lado, é importante destacar sua crescente inserção no mercado de trabalho e sistema educacional e, conseqüentemente, sua autonomia no campo social. Como exemplo:

O ingresso das mulheres no mercado ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 40. Por questões culturais, o perfil das mulheres que se inseriam neste período era bastante homogêneo:

mulheres pobres, de baixo nível educacional e, conseqüentemente, baixa profissionalização, o que acentuava ainda mais a forte discriminação existente. A partir dos anos 70, em um cenário de expansão econômica e urbanização, intensificou-se a inserção das mulheres nas atividades econômicas. Desde então, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação observada nos anos oitenta, e da abertura econômica, terceirização da economia, elevação do desemprego e do baixo crescimento econômico (verificados a partir da década de noventa), presenciou-se a continuidade ininterrupta da tendência crescente da incorporação da mulher na força de trabalho brasileira. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é uma das características mais marcante da dinâmica do emprego no século XX. No Brasil, a taxa de participação feminina saltou de 55,8%, em 1995, para 63,7% em 2006, o que representou um incremento de mais de 17 milhões de mulheres no mercado de trabalho (PEREIRA e MONTE, 2016).

É importante lembrar que, embora as mulheres tenham se inserido no mercado de trabalho, esse permanece altamente segmentado por gênero, produzindo hierarquias profissionais que deixam para as mulheres tarefas menos prestigiadas.

Quanto aos avanços na escolaridade, é fato que apesar das mulheres serem maioria da população escolar, no nível superior ainda se mostram mais presentes nos cursos de menor prestígio e, conseqüentemente, em áreas profissionais de menor status na hierarquia social.

Por outro lado, há transições que não se completaram e que permanecem truncadas, sobrecarregando as mulheres e prejudicando-as em sua inserção social. O principal aspecto a ser destacado é a questão do cuidado. As mulheres continuam socialmente responsáveis por grande parte das tarefas de cuidado nos âmbitos público e, principalmente, na esfera privada ou familiar. Isso sobrecarrega-as em todas as idades, da infância à velhice. O aumento da participação das mulheres na esfera pública e o fato de que no Brasil ela se encontra truncada pelo avanço limitado da participação dos homens nas tarefas domésticas.

Com isso, as mudanças (para melhor) experimentadas pelas mulheres brasileiras nas últimas décadas esbarram, entretanto, na persistência do elevado grau de violência de gênero, na desigualdade de remunerações e na divisão iníqua do trabalho doméstico que sobrecarrega as mulheres e impede o avanço nas outras áreas.

A expectativa social em relação ao cuidado de crianças, idosos, do cuidado com a casa está expressa, por exemplo, na persistência da não socialização dos homens para o desempenho das tarefas de cuidado. Esse fato sobrecarrega o cotidiano das mulheres impossibilitando sua

inserção plena, por um longo período, no mercado de trabalho. Os entraves que o cuidado no início e no final da vida representam para a igualdade de gênero estão longe de serem superados no Brasil.

A provisão de cuidado com as crianças é altamente negligenciada pelo Estado, sobrecarregando as mulheres. A política de creches é um exemplo claro, quando se observa um favorecimento do aumento das creches em horário parcial, cuja contribuição para a igualdade de gênero é limitada, sendo que apenas creches em tempo integral viabilizariam a igualdade na divisão sexual do trabalho. Alguns estudos destacam a necessidade de se “desfamiliarizar” o cuidado, provocando uma redefinição de atribuições sociais e uma “mudança no imaginário social” dos papéis de homens, de mulheres, das famílias e do Estado (ITABORAÍ e RICOLDI, 2016).

Por fim, é importante lembrar que as mulheres são alvo de inúmeros tipos de violência física e sexual e que o ambiente das cidades brasileiras não se mostra seguro a sua vivência e circulação desimpedida.

Nesse sentido, a PNDU deve estar sensível à questão das mulheres, nos seguintes aspectos:

- reduzir as disparidades de gênero no mercado de trabalho;
- criar iniciativas de apoio às tarefas de cuidado, principalmente de crianças e idosos e deficientes;
- tornar as cidades ambientes seguros para circulação e moradia de mulheres.

4 EQUIDADE SOCIAL

O impacto das transformações demográficas e tendências populacionais elencadas em cada indivíduo dependerá de uma série de fatores e atributos experimentados por cada um deles ou pelos grupos sociais a que pertencem. Características individuais, familiares ou dos locais em que eles residem funcionam como instâncias mediadoras entre as tendências populacionais e o contexto de vida dos habitantes do país. Esses atributos, aqui tratados como ativos, segmentam e estratificam a população tornando a estrutura social mais ou menos equalitária. No caso brasileiro, a PNDU irá se deparar com uma das sociedades mais estratificadas e desiguais de todo mundo. Encontrará também um espaço altamente segregado. Esses fatores poderão colocar sérios desafios para sua formulação e implantação e, por isso, precisam ser contemplados seriamente em sua elaboração.

Na presente seção iremos destacar elementos teórico-conceituais que têm sido utilizados atualmente utilizados para compreender os mecanismos que promovem a estratificação nas sociedades contemporâneas. Serão também destacados estudos sobre a chamada segregação espacial, dado o caráter territorial necessariamente presente na PNDU. Por fim, serão apresentados estudos que mostram como esses elementos atuam na sociedade brasileira atual.

4.1 Aspectos teóricos da estratificação social

A noção de equidade social tem sido elevada a uma posição proeminente nas últimas décadas como valor que norteia políticas sociais em quase todo mundo (GRUSKY, 1994). Isso ocorre ao mesmo tempo em que presenciamos um aumento generalizado da desigualdade social, principalmente de renda, aumentando o fosso que separa ricos e pobres nas diferentes sociedades. Esse processo tem sido acompanhado por uma persistência nos padrões de segregação espacial presente, principalmente, no interior das cidades e áreas urbanas. Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que um dos maiores problemas sociais de nosso tempo é desenvolver mecanismos para frear a distribuição desigual de recursos nas chamadas sociedades “pós-industriais”.

A elaboração de instrumentos para promoção da equidade social passa, primeiramente, pelo entendimento dos mecanismos que estratificam socialmente indivíduos, grupos sociais e regiões, transformando suas diferenças em desigualdades em diversos níveis, tema da presente seção.

Primeiramente, é preciso conceituar o que chamamos de sistema de estratificação. Esse sistema refere-se à forma como a desigualdade é organizada no interior de cada sociedade. Tal sistema estrutura o volume ou nível de desigualdade, operando a partir de diferentes dimensões. Cada dimensão representa uma característica ou atributo (“ativos”) que segmenta os indivíduos.

Dependendo do sistema de estratificação esses ativos estarão dispersos ou concentrados entre os indivíduos de uma população. Enquanto certos atributos são distribuídos de forma mais equânime, outros são extremamente concentrados. Ao mesmo tempo, alguns têm maior poder de segmentação e estratificação do que outros.

Embora muitas vezes se tente caracterizar a inequidade de uma população em termos de uma variável apenas, e que algumas vezes isso faça sentido em termos de exposição, na prática a desigualdade entre as pessoas é produto da ação de múltiplas dimensões ou fontes.

Esses ativos podem ser de caráter (nível) individual, familiar, locacional ou mesmo regional. Os aspectos eminentemente sociais possuem reflexos ou rebatimentos espaciais, assim como os atributos locacionais ou territoriais atuam no plano de diferenciação social. Grande parte das vezes as dimensões social e espacial caminham juntas. Ao mesmo tempo que atributos sociais agrupam indivíduos que (des)possuem determinados ativos em locais específicos, a localização da moradia ou a frequência a certos territórios é um elemento diferenciador importante no campo social. Por isso é possível, por exemplo, segmentar cidades por bairros ricos, bairros brancos, bairros escolarizados, bairros operários.

É sempre importante, entretanto, levar em consideração a questão da escala espacial quando se analisa a relação entre atributos sociais e aspectos territoriais. Não seria possível, grosso modo, segmentar uma cidade em termos de bairros de homens ou bairros de crianças. A diferenciação espacial relacionada a esses atributos geralmente ocorre numa escala menor, como os domicílios.

O controle, por grupos específicos, dos ativos com capacidade de manter os indivíduos em níveis elevados da hierarquia social forma as elites de cada regime social. A luta por manter a posse e controlar esses ativos confere rigidez temporal ao sistema de estratificação. Nos casos em que há elevada rigidez temporal nos sistemas de estratificação, a posição atual dos indivíduos pode ser predita com bases no estado anterior de suas características ou nas características de seus pais. Por outro lado, mecanismos que favorecem a mobilidade social quebram o processo de rigidez, permitindo aos indivíduos moverem-se na escala social.

Grusky e Ku (2014) elaboram um esquema que a entender o funcionamento dos sistemas de estratificação nas sociedades contemporâneas. Os autores partem de três prismas: rigidez, atribuição e cristalização

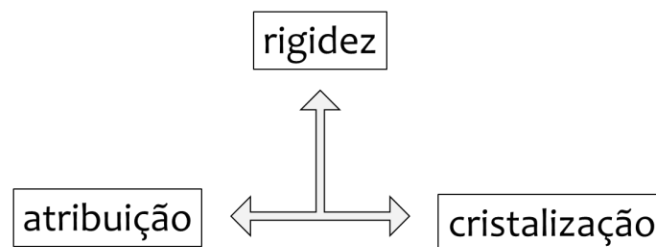
A rigidez da desigualdade estaria relacionada à persistência dos esquemas de estratificação ao longo do tempo. Diz-se que um sistema apresenta elevada rigidez se houver elevada capacidade de predição de posse atual ou futura de determinado ativo com base na condição prévia do indivíduo, de seus parentes ou mesmo parentes ou local onde ele reside.

O chamado processo de atribuição está operando se as condições presentes ao nascimento dos indivíduos (sexo, raça, cor, por exemplo) são determinantes para sua inserção na hierarquia social, em detrimento de ativos que são adquiridos ao longo da vida. Aspectos decorrentes da atribuição tem sido visto com discriminatórios e indesejáveis em diversas sociedades.

Por fim, o processo de cristalização indica a correlação entre os diversos tipos de ativos que estratificam a sociedade, (entre as dimensões da desigualdade), sendo cristalizada quando vários ativos valorizados se agrupam em conjuntos específicos de indivíduos.

O processo de segregação residencial, que será discutido em detalhes na próxima seção, é um exemplo claro do nível de cristalização presente em várias grandes cidades no mundo hoje, no caso da formação de enclaves, guetos, favelas e periferias de muitos países.

Figura 1- Eixos estruturantes dos sistemas de estratificação social



Fonte: elaboração própria, com base em Grusky e Ku (2014)

As principais dimensões utilizadas para mensurar a iniquidade nas sociedades modernas relacionam-se a aspectos econômicos ou culturais. Entre os primeiros temos a renda do indivíduo ou unidade familiar, a inserção na estrutura ocupacional ou a posse de determinados bens ou fatores de produção. Pelo lado cultural, são instrumentalizados aspectos como escolaridade do indivíduo ou dos pais, acesso a determinados tipos de bens culturais e hábitos ou estilo de vida. Outros tipos de ativos são normalmente utilizados no estudo da estratificação, como o sexo ou gênero, o pertencimento étnico e racial e a cor dos indivíduos.

Recentemente, tem surgido novas agendas para estudo das desigualdades baseadas na orientação sexual, incapacidade, inclusão digital. O lugar em que os indivíduos vivem também ganha cada vez mais importância na compreensão dos processos de estratificação social.

É importante destacar que os “regimes contemporâneos de desigualdade” tem ganho complexidade cada vez maior (GRUSKY E YU ,2014). Um exemplo é o chamado fosso digital, relacionado ao acesso e domínio de plataformas e sistemas digitais. Outra dimensão que tem sido incorporada são as questões de saúde e expectativa de vida, que segmentam a população de forma cada vez mais clara. Ter passagem pela polícia e pelo sistema prisional é outro aspecto que segmenta indivíduos nas cidades modernas.

4.2 Segregação espacial

Discutir o caráter eminentemente territorial da PNDU, é imprescindível dedicar uma seção à dimensão espacial da estratificação, representada pela segregação espacial dos locais de moradia da população.

Conforme Sabatine e Sierralta (2009), a segregação residencial consiste em uma relação espacial de separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social, seja qual for a definição que se queira dar a esse grupo. Tecnicamente falando, consiste na formação de áreas menores homogêneas e espacialmente concentradas inseridas em todo territorial maior, com configuração heterogênea.

Embora, segundo os autores, não haja necessariamente uma relação direta entre desigualdade social e segregação espacial, as racionalidades produzidas pelo mercado imobiliário acabam levando a uma elevada correlação entre essas dimensões. Isso ocorre por que o mercado cria áreas de prestígio (e também cria áreas de desprestígio) ao induzir a valorização de setores da cidade visando a comercialização de imóveis.

Essa dinâmica, ancorada em processos especulativos de fixação do preço da terra (e dos imóveis) leva indivíduos de poder aquisitivo semelhante a viverem próximos, ao mesmo tempo em que os afastam de outros grupos. Nesse aspecto, a dimensão econômica (renda e patrimônio) atua como aglutinador no espaço de indivíduos com características semelhantes. Desse modo, com o passar do tempo o mercado imobiliário segmenta as cidades, via sistema de preços. Indivíduos com outras características cristalizadas em torno da renda tentem então a aglomerar-se no território, criando áreas com níveis semelhantes em termos de escolaridade, hábitos de consumo e lazer, cor, raça e pertencimento étnico, dentre outros aspectos.

A segregação espacial traz consequências maléficas para os moradores da cidade como um todo, especialmente para aqueles que vivem nas áreas de menor hierarquia espacial (menos valorizadas). Segundo Flores (2009), o efeito da concentração espacial da pobreza na trajetória de vida das pessoas é distinto do efeito da experiência individual da pobreza. Nesse sentido, a segregação espacial insere uma nova camada (dimensão) no processo de estratificação social.

Um aspecto bastante destacado pelos estudiosos do tema é o processo da difusão de comportamentos entre indivíduos de uma mesma geração. O “contágio comportamental” funciona, segundo eles, através do chamado “efeito de pares”, levando a uma segregação de ordem comportamental, que marca os indivíduos ao longo de toda a vida.

Com isso, espaços de vida de uma mesma cidade tornam-se radicalmente distintos entre si, assim como as experiências de seus moradores, dado que cada um deles expõe os indivíduos a universos valorativos e comportamentais segmentados. Isso é especialmente forte no caso das crianças e jovens. Além disso, os caminhos informais de informação fecham-se em redes espacialmente delimitadas, caminhos esses eficazes para inserção no mercado de trabalho e mesmo no “mercado matrimonial”, por exemplo, esferas que estruturam significativamente o modo de vida dos indivíduos.

Por fim, alguns desses espaços tornam-se estigmatizados e seus moradores acabam carregando tal estigma. Isso altera a forma com que são vistos por outros moradores da cidade. Um exemplo notório é a postura das operações policiais nas diferentes regiões (zonas) das cidades brasileiras e o tratamento diferenciado dado a moradores dessas áreas.

4.2.1 Estudos de caso

Wilson (1999) estuda os efeitos da vizinhança entre desempregados norteamericanos. Segundo o autor, os espaços que concentram elevados níveis de desemprego entre os moradores são espaços “indisciplinados”. Para o autor, o emprego (e não qualquer tipo de trabalho) disciplina os cotidianos, coloca a disciplina como valor e expõe os moradores a comportamentos disciplinados de outros moradores. Jovens que crescem em uma vizinhança onde o padrão de comportamento do trabalhador formal é a tônica observada tende a desenvolver, segundo o autor, hábitos disciplinares estáveis, reflexo do comportamento que observa no entorno em que vive.

No mesmo sentido, outro estudo importante sobre o efeito da segregação das cidades norteamericanas no comportamento dos moradores foi realizado por Massey e Denton (1993), indicando que o processo de segregação tende a concentrar aspectos negativos em espaços delimitados da cidade, e isso leva a manutenção desses aspectos, ao abrigar pessoas que vão herdá-las. Nesses espaços há uma normalização (em duplo sentido) dos comportamentos desfavoráveis, como o mau desempenho escolar, o desleixo com a pronúncia, deterioração física, violência. Isso ocorre dada a exposição prolongada a esses fatores, acaba criando a normalidade do mundo para os que nele experimentam a primeira socialização. Tais fatores reduzem a possibilidade de desempenho satisfatório dos indivíduos em outros espaços das cidades. Como nas áreas pobres os recursos são mais escassos, a chance da pessoa adquirir esses recursos é limitada.

Importante destacar a importância da camada espacial no processo de segregação, atuando inclusive como inibidor do impacto do sistema escolar. Pebley e Sastry (2004), por exemplo,

estudando o efeito da vizinhança nas crianças mostra o impacto do que as crianças fazem “depois da escola” em seu processo de desenvolvimento. Segundo os autores, nas classes altas as crianças reforçam os processos de aprendizado em atividades complementares, vigiadas por adultos (como cursos de línguas, esportes etc) enquanto os mais pobres tendem a ficar nas ruas, sem supervisão de adultos, em ambientes desfavoráveis para sua formação.

O estudo da segregação espacial nas cidades brasileiras tem como marco o trabalho de Teresa Caldeira (Caldeira, 1996). A autora apresenta as formas pelas quais a segregação social se inscreve historicamente no espaço das cidades, destacando o caso da cidade de São Paulo. Segundo a autora, a segregação na cidade sempre existiu, embora no passado os diferentes grupos sociais viviam próximos uns dos outros. Contudo, entre as décadas de 1940 e 1980 a divisão entre centro e periferia organizou o espaço da cidade, momento em que grandes distâncias separaram espacialmente os grupos sociais. Recentemente uma combinação de processos transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no espaço da cidade, reduzindo novamente as distâncias físicas entre ricos e pobres, ao mesmo tempo em que novos mecanismos foram criados para separá-los, muitos deles ancorados no medo da violência e criminalidade. É o caso da expansão de condomínios murados, seguranças particulares, sistemas de vigilância e fechamentos de ruas com cancelas e guaritas.

Segundo a autora:

Com o crescimento da violência, da insegurança e do medo, os cidadãos adotam novas estratégias de proteção, as quais estão modificando a paisagem urbana, os padrões de residência e circulação, as trajetórias cotidianas, os hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas e do transporte público. Na verdade, o medo do crime acabou modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade.(op. cit.)

5. ESTRATIFICAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, qualquer que seja a perspectiva adotada para analisar o fenômeno. Apesar de ter sido observada uma ligeira queda na desigualdade de renda no início do século XXI, essa tem sido revertida desde 2015 pelas crises de diferentes naturezas que o país atravessa. A PNDU encontrará, portanto, uma estrutura social extremamente estratificada.

Conforme Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017), o crescimento das cidades brasileiras e o processo de industrialização ocorreu sem que o emprego industrial tomasse grande proporção na estrutura ocupacional. Ao mesmo tempo, as massas não foram incorporadas ao sistema

educacional. A inserção da população nas cidades, em consequência do êxodo rural, teve como alicerce o setor de serviços, aliado ao emprego informal.

Nesse processo, os trabalhadores foram treinados no próprio local de trabalho, como fábricas e oficinas, sem passar pelo processo formal de escolarização. Seus salários se localizavam (e se localizam) em baixos patamares, sendo rebaixados pela pressão dos desempregados ou trabalhadores subempregados. Ao mesmo tempo, poucos trabalhadores altamente qualificados recebiam e recebem salários muito elevados.

A educação se coloca como elemento chave no processo de estratificação no Brasil. O nível educacional médio da população brasileira é baixo, em decorrência do modelo educacional historicamente elitista e excludente aqui desenvolvido. Há forte associação entre ganhos salariais e anos adicionais de escolaridade.

A educação é um ativo extremamente importante para fluidez e mobilidade social, dado que permite a maior dissociação entre a condição de origem dos indivíduos e seu destino na escala social. Contudo, como acesso e a qualidade do ensino é extremamente desigual no Brasil, ela acaba sendo um poderoso mecanismo de perpetuação da iniquidade social.

Segundo Ribeiro (2007), no Brasil, observa-se uma grande mobilidade entre as classes de elite, assim como também entre as classes baixas, ao passo que há pouca mobilidade das classes baixas para as classes altas, assim como das classes altas para as classes baixas.

Assim como a escolarização formal, outros aspectos ligados a formação de capital humano atuam como catalizadores da segmentação social no país. A retornos da escolaridade são altamente associados à educação dos pais, ativo que têm um papel importante no processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre as gerações (RAMOS e REIS, 2008). Ou seja, a escolaridade dos pais influencia o rendimento médio dos filhos, por exemplo, independentemente da escolaridade desses filhos.

Outra dimensão historicamente atuante na estratificação dos indivíduos é a cor, raça ou pertencimento étnicos dos diferentes grupos populacionais. Em muitos momentos históricos conflito entre classes sociais foram (e são) marcados pela cor da pele dos indivíduos. No Brasil, ainda hoje as políticas de segurança ou combate ao tráfico de drogas muitas vezes se transformam em uma guerra contra negros e indígenas do país, muitas vezes tendo as grandes cidades como palco.

É notório que há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais. O

diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. Há também notória discriminação e desvantagem nos ambientes urbanos em relação aos indígenas.

Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Há maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo, sem abastecimento de água por rede geral e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. As taxas de homicídios são também maiores entre as pessoas pretas ou pardas.

5.1 Exemplo empírico

A presente seção busca ilustrar, empiricamente, como o processo de estratificação socioespacial aparece atualmente nas cidades brasileiras. Faremos isso com base em informações extraídas de alguns estudos realizados pelo IBGE que tratam da caracterização das áreas urbanas do país.

O principal dado utilizado é proveniente do estudo *Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil* (IBGE, 2017). A análise focou nas 63 maiores concentrações urbanas do, além das capitais estaduais Palmas (TO) e Boa Vista (RR). No total, o estudo abrange 435 municípios brasileiros. Apoiado em dados socioeconômicos e de infraestrutura, comparou as diferenças intraurbanas das condições de vida dos habitantes dessas cidades.

Isso foi feito a partir da criação de tipologias dos espaços internos das concentrações urbanas, na escala das áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2010, e onde também são extraídos os dados básicos do estudo. A caracterização foi realizada com base nas características do domicílio e de seus moradores, nas dimensões de saneamento, composição domiciliar, renda e escolaridade dos moradores.

Abaixo estão as variáveis que utilizadas para caracterizar os tipos de espaço intraurbano.

- percentual de pessoas cujo domicílio possui rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica;
- percentual de pessoas cujo domicílio possui água distribuída por rede geral de abastecimento;

- percentual de pessoas cujo domicílio possui coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;
- existência de computador com acesso à internet;
- existência de máquina de lavar;
- percentual de pessoas em domicílios com densidade de até dois moradores por dormitório;
- mediana do rendimento domiciliar per capita;
- razão de dependência de menores de 15 anos;
- percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto e 18 anos ou mais de idade;
- percentual de pessoas com por nível de escolaridade;
- percentual de pessoas em domicílios com existência de máquina de lavar;
- percentual de pessoas em domicílios com existência de computador com acesso à Internet;
- percentual de pessoas em domicílios com alvenaria predominante nas paredes externas.

As regiões das cidades foram segmentadas em 11 tipos homogêneos com vistas a retratar a diferenciação socioespacial nas condições de vida dos seus habitantes. Isso foi feito a partir do valor mediano encontrado para cada variável no Censo 2010.

A análise dos resultados (Tabela 2) mostra que as variáveis selecionadas estão correlacionadas, indicando intensidade do processo de cristalização das dimensões (ativos) consideradas entre a população dessas concentrações urbanas.

O IBGE considerou como áreas com boas condições de vida aquelas representadas pelos tipos A, B, C e D, sendo que as áreas A e B podem ser consideradas áreas ricas. As médias condições de vida estão representadas pelos tipos E e F. As baixas condições de vida por G e H. As baixíssimas condições por I e J e as condições precárias entre os que vivem nas áreas de tipo K.

Tabela 2 – Tipos intraurbanos e mediana dos indicadores selecionados para concentrações urbanas do Brasil - 2010

Tipo	Mediana do percentual de pessoas em domicílios com							Mediana do Percentual de pessoas com nível médio ou superior ¹ (%)	Mediana da razão de dependência de menores de 15 anos (crianças / 100 adultos)	Mediana do rendimento domiciliar per capita (R\$)
	Coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza (%)	Água distribuída por rede geral de abastecimento (%)	Rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica (%)	Densidade de até dois moradores por dormitório (%)	Alvenaria predominante nas paredes externas (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de lavar (%)			
A	100,00	99,80	99,70	95,90	98,70	89,60	95,40	85,80	17	3 250,00
B	100,00	99,60	99,50	94,50	98,40	86,00	93,30	83,90	18	2 500,00
C	100,00	99,80	99,10	92,70	97,00	81,60	92,40	77,80	19	1 750,00
D	99,90	99,50	98,10	84,40	94,20	65,50	85,30	62,10	24	870,00
E	99,80	99,30	94,00	72,30	87,40	44,90	73,70	43,20	31	510,00

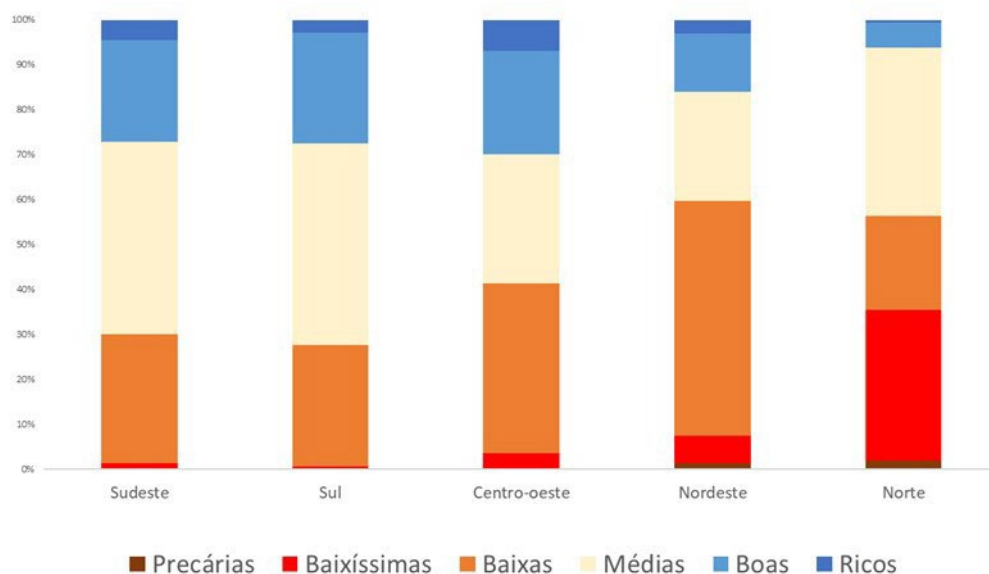
Fonte: IBGE, 2017 (fac símile)

Os resultados da análise (dados não tabulados) mostram que 96,5 milhões de pessoas (praticamente metade da população brasileira) residia nessas concentrações em 2010. Nas áreas com boas condições de vida residia 23,9% da população das concentrações urbanas, sendo que nas áreas ricas residiam 3,8 milhões de pessoas, ou 4% da população das concentrações. Nas áreas médias residia 37,9% da população. Nas de baixas condições, 33,4%. Nas de baixíssimas condições residia 4,3% do total, restando apenas 0,4% da população nas áreas com condições precárias.

Somando aqueles que viviam em áreas com condições baixíssimas ou precárias, teríamos 4,7% da população ou 4,5 milhões de pessoas. A grande maioria, (91,2%) estariam em condições intermediárias entre as áreas positivamente ou negativamente extremas, sendo que as maiores concentrações estariam nas áreas intermediárias E e G, com 30,9% e 20,6% da população, respectivamente.

Há diferenças marcantes quanto consideramos a Região Geográfica de localização das concentrações urbanas (GRAFICO 1).

GRAFICO 1 – Percentual da população por condição da área de residência, segundo região geográfica – Concentrações Urbanas do Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, 2017 (fac símile).

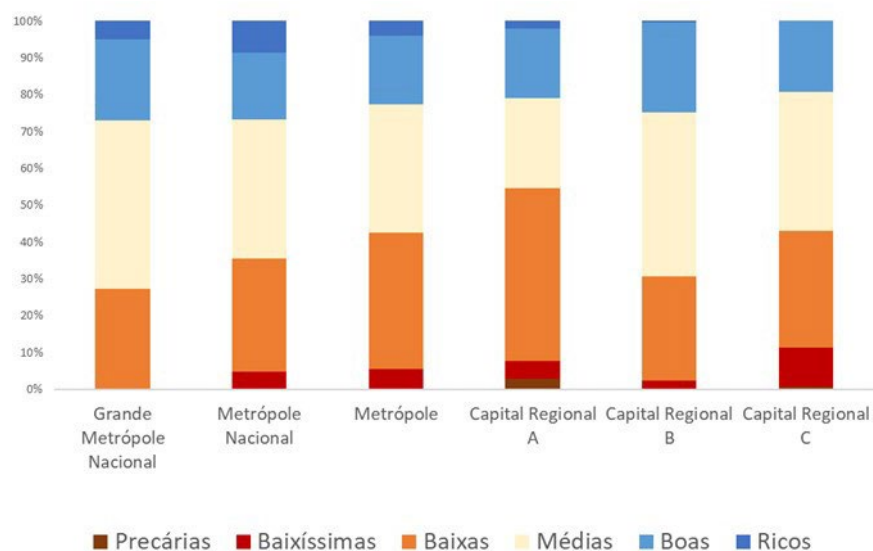
As condições precárias aparecem exclusivamente nas regiões Norte e Nordeste, sendo que 70,5% da população dessa população vive no Nordeste. Já a população que vive em condições baixíssimas é predominante no Norte (45% da população com essas condições) seguida do Nordeste (28,9% dessa população). No Sudeste reside 18% da população com condições baixíssimas de vida, restando 6,4% no Centro- Oeste e apenas 1,6% na Região Sul.

No lado mais favorecido da hierarquia socioespacial vemos que na Região Sudeste onde vive 54% da população total das concentrações urbanas - residem 61,5% dos ricos e 61% dos que vivem em condições boas. No Centro-Oeste, que abriga 7,6% da população, vivem 13,4% dos ricos, principalmente pela influência de Brasília que abriga o maior percentual de população rica entre todas as áreas do estudo. A Região Nordeste abriga 15,4% dos ricos e 13,2% dos que vivem em boas condições, embora nela residam 20,2% da população das concentrações urbanas do país.

A análise por região mostra que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste abriga as maiores participações de população em boas condições. O Sul e o Sudeste apresentam percentuais praticamente nulos de população nas piores condições (baixíssimas e precárias) e os menores percentuais de população em baixas condições. O Centro-oeste é relativamente mais “equilibrado”, em termos de distribuição numérica entre os tipos criados, enquanto o Nordeste e o Norte apresentam as piores condições de vida nas concentrações urbanas. No Nordeste há os maiores percentuais de população com condição baixa de vida, enquanto o Norte se destaca por elevado percentual de população em condições baixíssimas.

Em um segundo momento, consideramos a situação das concentrações urbanas com base no nível hierárquico, conforme estabelecido pelo estudo da Região de Influência das Cidades – REGIC mais recente (IBGE, 2020).

GRAFICO 2 – Percentual da população por condição da área de residência, segundo nível na hierarquia urbana – Concentrações Urbanas do Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, 2017 (fac símile).

Em primeiro lugar, vemos que 94% da população que vive em áreas ricas (A e B) reside nas metrópoles. O restante se distribui nas as capitais regionais. Por outro lado, a população em condições precárias está concentrada nas Capitais Regionais de nível A. A população em condições baixíssimas localizava- se, predominantemente, nas Capitais Regionais C.

A distribuição das condições de vida por níveis hierárquicos (GRAFICO 2) mostra que nas as metrópoles apresentam maiores percentuais de população rica e menores em condições baixíssimas e precárias, enquanto as capitais regionais são mais heterogêneas. As Capitais Regionais A apresentam as piores condições relativas entre os níveis analisados, seguidas pelas Capitais Regionais C. As Capitais Regionais B são mais equilibras.

Isso se deve, em larga medida, à região geográfica onde essas concentrações urbanas estão localizadas. Novamente, os dados mostram que esse é o principal determinante da condição de vida nas concentrações urbanas do Brasil. As capitais regionais A estão majoritariamente concentradas no Nordeste (6 das 9 existentes), enquanto as capitais regionais B concentram-se nos Sudeste e Sul (14 de 20) e as capitais regionais C no Sudeste (12 de 20).

Em termos mais específicos, vemos que 8 concentrações urbanas têm mais de um terço da população vivendo em áreas mais favorecidas (TABELA 3). Cinco dessas áreas localizam-se no Sudeste, duas no Sul e apenas uma (Palmas) no Norte. Trinta e uma concentrações não possuem populações em áreas pobres, sendo que apenas 3 delas estavam fora das regiões Sul ou Sudeste (Natal, Feira de Santana e Palmas).

Havia 15 concentrações com mais de 80% da população nos tipos médios, estando 6 no Nordeste, 5 do Sudeste e 4 no Sul.

Entre as mais desfavorecidas, 4 concentrações urbanas não tinham nenhuma população vivendo em áreas ricas, estando três delas no Norte (Porto Velho, Rio Branco e Macapá) e uma no Nordeste (Juazeiro do Norte). Nove concentrações tinham mais de 20% da população em áreas pobres, sendo 6 delas no Norte, 2 no Nordeste e apenas uma no Sudeste (Campos dos Goytacazes)

Por fim, entre as regiões mais desiguais, com altos percentuais de população tanto em áreas ricas como pobres, havia 4 no Nordeste, duas no Norte e uma no Sudeste.

Tabela 2 – Concentrações Urbanas do Brasil segundo categorias de desigualdade intraurbanas

mais de um terço vivendo em áreas ricas		mais de 80% da população em áreas médias	
Palmas	NO Capital Regional B	Juazeiro do Norte	NE Capital Regional B
São José dos Campos	SE Capital Regional B	Feira de Santana	NE Capital Regional B
Sorocaba	SE Capital Regional B	Caruaru	NE Capital Regional B
Uberlândia	SE Capital Regional B	Maceió	NE Capital Regional A
Campinas	SE Metrôpole	Fortaleza	NE Metrôpole
Bauru	SE Capital Regional B	Vitória da Conquista	NE Capital Regional B
Florianópolis	SU Metrôpole	Petrópolis	SE Capital Regional C
Joinville	SU Capital Regional B	Cabo Frio	SE Capital Regional C
		Ipatinga	SE Capital Regional C
sem população em áreas pobres		Juiz de Fora	SE Capital Regional B
Natal	NE Capital Regional A	Franca	SE Capital Regional C
Feira de Santana	NE Capital Regional B	Ponta Grossa	SU Capital Regional C
Palmas	NO Capital Regional B	Criciúma	SU Capital Regional B
São José dos Campos	SE Capital	Blumenau	SU Capital

Sorocaba	Regional B SE Capital	Itajaí - Balneário Camboriú	Regional B SU Capital Regional B
Uberlândia	Regional B SE Capital		
Campinas	Regional B SE Metrôpole	sem população em áreas ricas	
Bauru	SE Capital Regional B	Juazeiro do Norte	NE Capital Regional B
São José do Rio Preto	SE Capital Regional B	Porto Velho	NO Capital Regional B
Piracicaba	SE Capital Regional C	Rio Branco	NO Capital Regional C
Ribeirão Preto	SE Capital Regional A	Macapá	NO Capital Regional C
Presidente Prudente	SE Capital Regional C	mais de 20% da população em áreas pobres	
São Paulo	SE Grande Met. Naciona	São Luís	NE Capital Regional A
Jundiaí	SE Capital Regional C	Campina Grande	NE Capital Regional C
Montes Claros	SE Capital Regional B	Macapá	NO Capital Regional C
Macaé - Rio das Ostras	SE Capital Regional C	Rio Branco	NO Capital Regional C
Volta Redonda - Barra Mansa	SE Capital Regional C	Porto Velho	NO Capital Regional B
Americana - Santa Bárbara d'Oeste	SE Capital Regional C	Boa Vista	NO Capital Regional C
Juiz de Fora	SE Capital Regional B	Belém	NO Metrôpole
Petrópolis	SE Capital Regional C	Manaus	NO Metrôpole
Florianópolis	SU Metrôpole	Campos dos Goytacazes	SE Capital Regional C
Joinville	SU Capital Regional B	espaços da desigualdade	
Foz do Iguaçu	SU Capital Regional C	São Luís	NE Capital Regional A
Pelotas	SU Capital Regional C	Campina Grande	NE Capital Regional C
Maringá	SU Capital Regional B	Petrolina Juazeiro	NE Capital Regional C
Porto Alegre	SU Metrôpole	Recife	NE Metrôpole
Caxias do Sul	SU Capital Regional B	Boa Vista	NO Capital Regional C
Itajaí - Balneário Camboriú	SU Capital Regional B	Belém	NO Metrôpole
Blumenau	SU Capital Regional B	Campos dos Goytacazes	SE Capital Regional C
Criciúma	SU Capital Regional B		
Ponta Grossa	SU Capital Regional C		

Fonte: IBGE, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAL PERFIL POPULACIONAL A PNDU IRÁ ENCONTRAR?

O Brasil possui uma das sociedades mais desiguais do planeta, qualquer que seja a perspectiva que adotemos para a avaliação. Esse fato reflete - ao mesmo tempo em que influencia - a forma como as áreas urbanas do país estão configuradas. Além disso, essa diferenciação é observada, conforme o exercício empírico aqui realizado, tanto internamente às cidades quanto entre as diferentes áreas urbanas do país.

A presente Nota Técnica busca favorecer à adoção de uma abordagem inclusiva e intergeracional na PNDU. Para isso, é preciso que seus instrumentos sejam sensíveis às diferenças existentes entre os espaços urbanos e seus habitantes impedindo, entretanto, que se transformem em elementos que ampliem a iniquidade social.

A dinâmica demográfica brasileira, apresentada na seção 4 da presente Nota Técnica, será mediada pelas dimensões que atuam na estratificação social da população brasileira, elencadas na seção 5. Afirmamos, nesse sentido, que determinados grupos populacionais experimentarão as transições demográficas descritas de forma bastante diferenciada. Na presente seção iremos tratar de ambas as perspectivas em conjunto, buscando antecipar desafios que a configuração populacional das próximas décadas colocará para a implementação da PNDU.

Diversas transformações têm sido observadas na dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas. Essas transformações irão levar a uma reconfiguração das famílias e dos domicílios, com aumento do número de idosos, redução do número de crianças e uma diminuição do tamanho das famílias. Aumentarão também cada vez mais o número de pessoas que vivem sozinhas, principalmente entre as mulheres com idades avançadas. Há tendência de aumento da fluidez das uniões conjugais, do número de pessoas solteiras e sem filhos, acompanhado de preocupação com valores de cunho individualista que levam ao enfraquecimento da coesão social. Destaca-se então o esforço na criação e fortalecimentos dos espaços de convivência urbanos, para além daqueles ditados exclusivamente pela dinâmica do mercado imobiliário.

A redução do número de nascimentos e adiamento da idade à maternidade e paternidade irão levar a um espaçamento das gerações, podendo dificultar o convívio entre indivíduos pertencentes a cada uma delas. Nesse sentido, os espaços urbanos de convivência precisam incorporar o viés intergeracional, acomodando as necessidades de cada grupo etário e também a interação entre indivíduos pertencentes a cada um deles.

A redução do número de nascimentos exige que os investimentos educacionais se concentrem na qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Conforme destacado, a educação se coloca como elemento chave no processo de estratificação no Brasil. Além da estrutura dos estabelecimentos de ensino, políticas urbanas em papel central na criação e qualificação de espaços extraescolares, fundamentais para a para inserção das crianças na vida urbana. Há hoje no Brasil uma tendência a privatização de espaços de convivência, principalmente para os estratos mais ricos da população, denegrindo o papel das ruas, praças e áreas públicas a espaços segregados e inseguros. Importante destacar que esse processo é observado em outros países, como mostra o estudo clássico de Jacobs (1961).

Há tendências também de mudança nos perfis epidemiológico e de saúde da população, com aumento da incidência de doenças não-transmissíveis e degenerativas, o que requer adaptação dos sistemas de saúde e assistência à população. Ao mesmo tempo, as cidades são palco de uma insistente permanência de óbitos violentos, como acidentes de trânsito e homicídios, principalmente entre homens jovens. Nesse sentido, a política urbana precisa ter como alvo a qualidade de vida e de saúde entre os cidadãos, promovendo um envelhecimento ativo, seguro e participativo.

Essa questão também se associa às disparidades nas relações de gênero, quando as tarefas de cuidado recaem majoritariamente à população feminina. É preciso que as políticas de cuidado sejam sensíveis às questões de gênero. A tendência de crescimento dos domicílios chefiados por mulheres, muitas vezes com crianças residentes, precisa ser considerada para que as mulheres possam participar ativamente do mercado de trabalho. Além disso, é preciso que as cidades se tornem ambientes seguros para circulação e moradia de mulheres.

Em relação à distribuição espacial da população, há grande concentração da população tanto em termos regionais quanto nas grandes cidades. Tal aglomeração acompanha uma concentração ainda maior de oportunidades e condições de vida, fazendo com que o território nacional seja bastante desigual.

Nesse contexto, observamos uma elevada mobilidade espacial da população, que conjuga antigas trajetórias migratórias que esvaziam os pequenos municípios e as áreas economicamente estagnadas em direção às grandes concentrações urbanas, conjugada com uma multiplicidade de novos fluxos migratórios que acompanham a dinâmica do processo econômico. Isso tem reflexo nas respostas populacionais rápidas à implementação ou encerramento de grandes projetos econômicos e de infraestrutura em algumas localidades, quando um número de

pessoas relativamente elevado se desloca entre os municípios do país, muitas vezes sem planejamento adequado para acomodar os movimentos populacionais.

Todos esses aspectos sofrem interferência de características (ativos) dos indivíduos, famílias e lugares onde vivem e que funcionam como instâncias mediadoras entre as tendências populacionais e o contexto de vida dos habitantes do país.

Primeiramente, é preciso destacar que no Brasil ainda operam sistemas que atribuem aos indivíduos desvantagens na inserção social com base em características adquiridas desde o nascimento, como cor, raça, pertencimento étnico e sexo, dentre outros. Essas dimensões geram iniquidades na população e configuração das cidades brasileiras que perduram por muitas décadas. Não há sinais evidentes de quebra da rigidez do sistema de estratificação social no país, o que nos leva a buscar alternativas urgentes para frear e reverter o processo de segregação socioespacial em vigor.

A permanência desses atributos no tempo aponta ainda para uma cristalização ou agrupamento de diversas dimensões que estratificam a sociedade formando grupos de indivíduos (e locais) homogêneos, que se distanciam de outros grupos também homogêneos. Tal processo faz com que o tecido social das áreas urbanas do país se configure de forma bastante heterogênea tanto internamente quanto entre as regiões e tipos (níveis hierárquicos, por exemplo) de aglomeração urbanas existentes.

Vimos que as regiões Sul e o Sudeste apresentam percentuais praticamente nulos de população urbanas vivendo em condições precárias, o Nordeste e o Norte apresentam as piores condições de vida nas concentrações urbanas do país. Ao mesmo tempo, quase a totalidade da população que vive em áreas ricas reside nas metrópoles nacionais, ao passo que a população em condições precárias está concentrada nas capitais regionais, localizadas fora do eixo Sul-Sudeste

Conforme destacamos, a construção de uma sociedade mais equânime passa pelo nivelamento da experiência cotidiana dos habitantes das cidades, da infância à velhice, em termos de exposição à diversidade existente na cidade. Essa diversidade inclui aspectos como identidade étnica, racial, de orientação religiosa ou perspectiva de gênero, que precisam ser visibilizados, incorporados aos instrumentos de política pública e, conseqüentemente, valorizados sem que se tornem elementos produtores de iniquidade social. Nesse sentido, torna-se urgente o mapeamento de grupos populacionais vulneráveis e presença de minorias étnicas como indígenas, quilombolas, ciganos e estrangeiros nas áreas urbanas brasileiras.

Com base no exercício empírico realizado, vemos que a maioria das concentrações urbanas do país apresenta, no nível intraurbano, elevados níveis de inequidade socioespacial. Conforme destaca a Carta, os desafios urbanos são frequentemente mais acentuados no nível intraurbano. Nesse sentido, é preciso estar atento a estratégias de desenvolvimento local, que incorporem os espaços (dos) excluídos a dinâmica das cidades e as tornem socialmente equilibradas, mistas e seguras.

REFERÊNCIAS

- BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, L.R.; BORGES, G.M.; JARDIM, A.P. (Org.). Mudança Demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções de população. 1ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. •Estudos Avançados USP. 27 (79). 2013
- BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil / Fausto Brito. - Texto para discussão CEDEPLAR, 526. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015.
- Bruno. A. P. Desenvolvimento Urbano: o contexto de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Disponível em https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/desenvolvimento-urbano/SEINFRA_TCU_Desenvolvimento_Urbano_APB_final_para_publicacao_site_MDR.pdf 2020
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: A Nova segregação urbana. Novos Estudos. Vol 47. 1996.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CAMPOS, M. B. Seletividade e Migração. In: BRUNO, Miguel. (Org.). População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F. . Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 30, p. 69-84, 2013

CAMPOS, M. B.; BORGES, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (Org.). Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2015.

FERNANDES, D. C.; SALATA, A.; CAVALHAES, F. . Desigualdades e Estratificação: analisando sociedades em mudança. REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, v. 5, 2017.

FLORES, C. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: Cunha, J. M. População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo, Unicampi, 2009.

GALSTER, G. C.; KILLEN, S. P. The Geography of Metropolitan Opportunity: A Reconnaissance and Conceptual Framework Reconnaissance and Conceptual Framework. Housing Policy Debate. Volume 6, Issue 1. 1995

GRUSKY, D. Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective. Bolder: Westview Press, 1994.

GRUSKY, D.; KU, M. C. Gloom, Doom and Inequality. In: GRUSKY, D. Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective. Bolder: Westview Press, 1994.

IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060;

Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade para o período 2000/2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

JACOBS, J. The death and life of great american cities. Middlesex: Penguin Books. 1961

LESTHAEGHE, R. J. The unfolding story of the second demographic transition. Michigan: University of Michigan, Population Studies Center - PSC, Jan. 2010

MASSEY, D. S., DENTON, N. A. American Apartheid: segregation and the making of the underclass. Boston: Harvard University Press. 1993.

PEBLEY, A. R.; SASTRY, N. Neighborhoods, Poverty and Children's Well-Being. In NECKERMAN, K. M. Social Inequality. New York: Russel Sage Fundation, 2004.

PEREIRA, A. E. S; MONTE, P. A. A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes salariais: Evidências para os anos 1995 e 2006.

Disponível

em:

http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_insercao.pdf, acessado em 01 de março de 2016.

RAMOS, L.; REIS, M. C. A escolaridade dos pais e os retornos à educação no mercado de trabalho. Mercado de Trabalho, IPEA, número 35, fev de 2008

RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014.

SABATINE, F.; Sierralta, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: Cunha, J. M. População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo, Unicampi, 2009.

SAWYER, O. D.; WONG, L.R.; CARVALHO, J.A. M.; FÍGOLI, M.; ANDRADE, F.C.D.; BARBIERI, A. F.; TAVARES, C.R.G.

Projeção populacional, por sexo e grupos quinquenais, das Unidades da Federação, Brasil, 1990-2020. Belo Horizonte: Cedeplar UFMG (Pronex), 1999.

TELLES, E. Residential Segregation by Skin Collor in Brazil. American Sociological Review. v. 57, 1992.

UNFPA. 165 Millones de Razones: Un llamado a la acción para la inversión en adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe. UNFPA, Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2019

UNFPA. Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio. Nova York, Londres: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e HelpAge International, 2012.

WILSON, W. J. Jobless Poverty: a new form of social dislocation in the inner-city ghetto. In: MOEN, P.; DEMPSTER-MCCLAIN, D.; WALKER, H. A. A Nation Divided: Diversity, Inequality and Community in American Society. Cornell University, 1999.

ANEXO I - CONCENTRAÇÕES URBANAS DO BRASIL SEGUNDO UF, REGIÃO, NÍVEL NA REGIÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO INTRAURBANO.

Fonte: IBGE, 2017(fac símile).

Nome da Concentração Urbana	UF	Região	Nível REGIC 2018	Percentual da população por tipo intraurbano											Total
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	
São Paulo	SP	SE	Grande Metrópole Nacional	0,03	2,3	4,9	17,2	44,6	1,0	21,7	5,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio de Janeiro	RJ	SE	Metrópole Nacional	3,6	3,7	3,6	14,0	37,0	2,7	15,1	15,8	3,9	0,4	0,0	100,0
Brasília	DF	CO	Metrópole Nacional	11,2	1,9	1,9	17,6	27,7	3,4	15,1	14,6	2,5	4,2	0,0	100,0
Belo Horizonte	MG	SE	Metrópole	3,9	1,9	3,3	17,6	43,0	1,1	20,7	7,8	0,0	0,6	0,0	100,0
Porto Alegre	RS	SU	Metrópole	1,7	3,0	4,1	16,6	43,9	0,0	23,8	6,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Salvador	BA	NE	Metrópole	1,2	3,9	4,9	10,9	2,8	30,2	36,0	8,1	0,0	1,9	0,0	100,0
Fortaleza	CE	NE	Metrópole	1,2	2,7	2,6	5,6	2,7	22,3	43,3	16,2	0,7	2,3	0,6	100,0
Vitória	ES	SE	Metrópole	1,8	4,5	4,5	19,6	26,0	3,4	22,9	15,6	1,5	0,4	0,0	100,0
Florianópolis	SC	SU	Metrópole	2,7	1,8	6,3	36,2	31,1	1,9	8,2	11,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Campinas	SP	SE	Metrópole	1,3	1,9	8,6	22,3	37,9	2,9	16,1	9,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Curitiba	PR	SU	Metrópole	0,8	2,9	7,1	21,9	44,4	0,0	12,8	8,5	0,0	1,7	0,0	100,0
Recife	PE	NE	Metrópole	0,0	3,5	2,6	8,5	6,6	11,7	37,8	19,0	2,5	7,8	0,0	100,0
Goiânia	GO	CO	Metrópole	0,0	2,6	4,6	23,7	19,7	5,2	14,0	29,9	0,0	0,4	0,0	100,0
Belém	PA	NO	Metrópole	0,0	0,0	1,4	6,5	1,5	24,0	16,4	21,6	3,4	22,7	2,4	100,0
Manaus	AM	NO	Metrópole	0,0	2,1	0,0	1,6	0,0	55,7	3,9	8,4	0,0	28,3	0,0	100,0
Jundiaí	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	3,8	23,0	34,1	0,0	18,6	20,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Ipatinga	MG	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	15,3	65,6	0,0	0,0	18,3	0,0	0,8	0,0	100,0
Macapá	AP	NO	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	28,8	43,5	7,7	100,0
Campos dos Goytacazes	RJ	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	14,3	15,9	3,2	12,7	30,5	0,0	23,3	0,0	100,0
Campina Grande	PB	NE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	8,9	25,1	3,2	32,7	2,9	0,0	27,2	0,0	100,0
Americana - Santa Bárbara d'Oeste	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	23,6	65,2	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Petrolina Juazeiro	PE	NE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	13,9	15,4	9,2	30,0	20,8	0,0	10,7	0,0	100,0
Anápolis	GO	CO	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	23,0	26,2	0,0	4,3	41,0	0,0	5,5	0,0	100,0
Pelotas	RS	SU	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	26,1	40,5	0,0	23,6	9,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Cabo Frio	RJ	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	9,7	44,4	4,4	13,8	22,7	0,0	5,0	0,0	100,0
Presidente Prudente	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	30,9	41,7	0,0	5,6	21,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio Branco	AC	NO	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,2	4,6	0,0	39,4	27,8	0,0	100,0
Petrópolis	RJ	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	5,4	21,4	7,7	7,2	58,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Boa Vista	RR	NO	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	11,7	0,0	40,5	9,5	0,0	30,0	0,0	8,3	100,0
São José dos Campos	SP	SE	Capital Regional B	0,0	2,2	3,0	34,2	29,2	4,8	9,4	17,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Sorocaba	SP	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	3,4	32,9	49,3	1,1	5,8	7,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Londrina	PR	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	12,8	8,5	61,1	0,0	15,3	0,0	0,0	2,4	0,0	100,0
Uberlândia	MG	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	3,6	32,5	58,4	0,0	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Maringá	PR	SU	Capital Regional B	0,0	2,0	0,0	23,5	43,5	0,0	3,4	27,7	0,0	0,0	0,0	100,0
São José do Rio Preto	SP	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	8,5	24,7	51,8	0,0	4,1	10,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Juiz de Fora	MG	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	9,8	9,5	72,7	0,0	0,0	8,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Joinville	SC	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	7,7	26,6	46,7	0,0	11,6	7,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Feira de Santana	BA	NE	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	10,1	33,1	6,7	36,4	13,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Caxias do Sul	RS	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	24,3	56,2	0,0	10,2	9,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Itajaí - Balneário Camboriú	SC	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	19,8	36,8	0,0	40,1	3,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Blumenau	SC	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	2,8	12,8	55,1	0,0	25,4	3,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Porto Velho	RO	NO	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44,1	0,0	17,5	2,9	35,5	0,0	100,0
Bauru	SP	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	11,0	22,7	41,6	0,0	21,2	3,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Criciúma	SC	SU	Capital Regional B	0,0	0,0	4,0	7,8	41,1	0,0	22,9	24,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Montes Claros	MG	SE	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	26,5	24,2	0,0	49,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
São Luís	MA	NE	Capital Regional A	0,0	3,1	0,0	10,9	0,0	37,7	7,2	11,5	0,0	13,8	15,8	100,0
Natal	RN	NE	Capital Regional A	0,0	3,0	3,2	17,4	3,5	10,1	44,8	18,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Maceió	AL	NE	Capital Regional A	0,0	3,0	0,0	8,5	0,0	13,2	26,0	45,7	0,0	3,6	0,0	100,0
João Pessoa	PB	NE	Capital Regional A	0,0	0,0	9,9	15,7	8,4	3,1	34,1	21,1	0,0	7,8	0,0	100,0
Aracaju	SE	NE	Capital Regional A	0,0	4,6	0,0	23,7	10,9	2,7	25,4	24,7	0,0	8,1	0,0	100,0
Teresina	PI	NE	Capital Regional A	0,0	0,0	5,9	6,6	4,9	29,1	12,3	33,2	0,0	3,5	4,5	100,0
Cuiabá	MT	CO	Capital Regional A	0,0	0,0	10,7	17,4	5,4	14,8	25,1	24,8	1,8	0,0	0,0	100,0
Campo Grande	MS	CO	Capital Regional A	0,0	3,6	6,1	10,7	31,0	8,6	11,6	27,9	0,0	0,5	0,0	100,0
Ribeirão Preto	SP	SE	Capital Regional A	0,0	0,0	15,3	16,7	43,4	0,0	24,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Baixada Santista	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	6,5	21,2	38,2	0,0	22,8	9,4	1,9	0,0	0,0	100,0
Volta Redonda - Barra Mansa	RJ	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	25,7	47,1	0,0	21,9	5,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Piracicaba	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	3,1	29,6	31,7	0,0	28,3	7,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Macaé - Rio das Ostras	RJ	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	26,4	14,4	6,6	11,4	41,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Juazeiro do Norte	CE	NE	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3	58,1	25,7	0,0	8,9	0,0	100,0
Franca	SP	SE	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	18,5	56,1	0,0	13,8	10,4	0,0	1,3	0,0	100,0
Ponta Grossa	PR	SU	Capital Regional C	0,0	0,0	3,8	4,1	56,6	0,0	26,1	9,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Caruaru	PE	NE	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	6,3	39,5	0,0	49,2	0,0	0,0	5,0	0,0	100,0
Foz do Iguaçu	PR	SU	Capital Regional C	0,0	0,0	0,0	26,3	28,8	0,0	26,5	18,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Vitória da Conquista	BA	NE	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	13,7	24,8	0,0	20,6	35,5	0,0	5,4	0,0	100,0
Palmas	TO	NO	Capital Regional B	0,0	0,0	0,0	37,9	0,0	34,9	27,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0